

Desafios do agronegócio

Capital e conhecimento

Leonardo Vilela¹

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR – discute os grandes problemas do agronegócio para entendê-los corretamente e propor soluções no âmbito do Congresso e viabilizá-los no executivo.

Na batalha por uma política agrícola que beneficie o agronegócio, a comissão quer aumentar a renda do homem do campo, com estabilidade, abastecer os mercados interno e externo, a preços competitivos, e ampliar as exportações, com produtos de qualidade, produzidos com uma tecnologia amiga do meio ambiente.

O debate é a principal arma para resolver essas questões. Deve ser um debate crítico independente, cooperativo com o executivo, com o fim de buscar soluções que atendam aos interesses da sociedade, e também deve ser ousado e destemido, quando as circunstâncias indicarem que o agronegócio é preterido em favor de interesses menos nobres. E não poderia ser diferente, pois o setor gera 33% do PIB brasileiro, 37% do emprego e 42% de todas as nossas exportações.

O agronegócio abriga a produção agropecuária, da mais tecnificada à mais tradicional, da agricultura familiar à de grande porte, a indústria que produz insumos e processa alimentos, os

serviços e comércio afins. Tudo isso representa R\$ 508 bilhões. O mais que suficiente para ter o agronegócio como a mais importante prioridade das nossas políticas públicas. Ou seja, a prioridade número 1. O seu desenvolvimento é fundamental para equacionar o problema da nossa dívida externa, dinamizar a indústria, gerar empregos e contribuir para que os alimentos cheguem à mesa de todos os brasileiros.

Sem ser exaustivo, detenho-me em alguns dos desafios que estão às portas. Mas, por etapas. O foco deste texto é sobre as ações do governo que dizem respeito à ciência e à tecnologia.

1. Qualidade de alimento e proteção contra as pragas e doenças. Quem quiser crescer com estabilidade tem que ofertar, nos mercados interno e externo, alimentos de acordo com os padrões mundialmente aceitos. O país que não fizer isso, não terá condições de ser um grande exportador. Igualmente importante é proteger a agricultura contra a invasão de pragas e doenças provenientes de outros países.

Estamos avançando. Sabemos fazer. Mas, o orçamento do governo federal, efetivamente disponível, é ainda ridículo. Temos de descongelar o orçamento e aumentá-lo e, assim, dar condições ao Ministério da Agricultura Pecuária

¹ (PP-GO). Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara e ex-secretário de Agricultura de Goiás (1999-2001).

e Abastecimento – Mapa – de prover serviços de elevada competência em defesa vegetal e animal.

2. A Embrapa está por trás das conquistas recentes de nossa agricultura. Mas ela luta contra um orçamento, efetivamente disponível, que não lhe permite renovar o quadro de pessoal, investir em laboratórios e realizar adequadamente sua agenda de pesquisa. Ela é motivo de orgulho de todos os brasileiros e tem nome respeitado no mundo inteiro. Mas está amarrada quanto à execução do orçamento, captação de recursos e administração de pessoal.

Ainda, o método de escolha de sua diretoria executiva abre espaço para ingerência da má política. Esse método precisa ser urgentemente mudado, e a comissão que presido tem enorme responsabilidade. Proponho à comissão que estude as alternativas que os países de maior experiência com a democracia representativa acumularam, para que possamos apresentar sua proposta de mudança, a qual deve-se cristalizar numa lei.

3. Em 1948, a extensão rural estabeleceu-se no Brasil e paulatinamente substituiu o antigo serviço de fomento do Mapa. O modelo baseou-se em organizações estaduais, hoje as Emateres. Em 1956, foi estabelecida a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – Abcar – para coordenar o sistema estadual e articulá-lo com o governo federal, visando, entre outras coisas, à captação e gestão de recursos da União. Em 1974, a Abcar foi extinta e surgiu, no seu lugar, a Embrater, do

governo federal, assemelhada à Embrapa, quanto à organização, mas com os mesmos propósitos da Abcar, qual seja o de financiar e coordenar o sistema estadual das Emateres.

O governo Collor extinguiu a Embrater, em 1991. Com sua extinção, o governo federal perdeu a capacidade de coordenação da extensão rural, e os estados estão seguindo rumos diferentes. Muitos deles fundiram as organizações de extensão e pesquisa. O Ministério de Desenvolvimento e Reforma Agrária, hoje, recria a extensão rural, com o propósito de atender à agricultura familiar, mas desconectada das organizações estaduais.

Ora, o progresso de um agricultor depende de capital e conhecimento. Na agricultura familiar, o capital é crítico, e se procura resolver o problema pelo crédito rural. Mas, a falta de conhecimento é fatal: é a principal razão do insucesso e da inadimplência. A agricultura comercial resolve o seu problema de conhecimento pela extensão particular, pela internet e pela moderna comunicação.

Todos sabem, no entanto, que a agricultura familiar não tem meios para pagar esses custos. Reconhece-se que o modelo do passado de extensão rural não atende aos tempos atuais, mas os remendos em curso são piores ainda. Por isso, nós parlamentares estamos atentos, discutindo e estudando profundamente o assunto.

Vamos aproveitar o espaço que nos foi aberto pela Revista de Política Agrícola do Mapa para debater os problemas do agronegócio. Demos, apenas, o primeiro passo.